



A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO FEMININO NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE BOM JESUS DOS POBRES, SAUBARA – BA – BRASIL

Regys Fernando de Jesus Araujo¹
Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira²
Acácia Batista Dias³

Resumo

Este artigo aborda uma análise das políticas públicas que beneficiam as pescadoras artesanais do distrito de Bom Jesus dos Pobres, município de Saubara, Bahia - Brasil, entre 1988 a 2013. Foram realizadas oito oficinas de mapeamento participativo, subsidiando a construção de uma Cartografia Social, com o objetivo de dar voz e visibilidade às mulheres pescadoras. Esta ferramenta de gestão de políticas públicas reuniu informações sobre o histórico da atividade pesqueira; dados sobre os recursos pesqueiros; dificuldades, problemas sociais e de infraestrutura, e as políticas públicas direcionadas às pescadoras. A Cartografia Social foi apresentada como Trabalhos de Conclusão de Curso de Mestrado, na modalidade de produção técnica, contribuindo com informações sobre a pesca do território de identidade do Recôncavo da Bahia - Brasil, na promoção do desenvolvimento da atividade de pesca.

Palavras-Chave: Cartografia Social. Gênero. Planejamento Territorial. Pescadoras Artesanais. Políticas Públicas.

1 Introdução

Este artigo surge a partir da pesquisa intitulada “A etnoecologia de pescadoras e as políticas públicas em Bom Jesus dos Pobres, Saubara – BA”, desenvolvida durante o Mestrado em Planejamento Territorial, na Universidade Estadual de Feira de Santana. A pesquisa teve como objetivo central a construção de uma ferramenta de gestão de políticas públicas elaborada de forma participativa por pescadoras artesanais. Esta ferramenta traduz

¹ Mestre em Planejamento Territorial - PLAN TERR, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.
E-mail de contato: regysfernando@hotmail.com

² Doutor, Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLAN TERR/UEFS.
E-mail de contato: fpbandeira@gmail.com

³ Doutora, Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – PLAN TERR/UEFS.
E-mail de contato: acaciabatista02@gmail.com

uma análise das políticas públicas que beneficiaram estas mulheres pescadoras do estado da Bahia - Brasil, no período de 1988 a 2013. O recorte temporal dado à pesquisa, parte do ano da promulgação da última constituição brasileira, assim como da criação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, até o ano de 2013.

A pesquisa tomou como referência teórico-metodológica a Etnobiologia, uma das abordagens científicas para estudar as relações dos seres humanos com o meio em que vivem, é um campo interdisciplinar derivado da antropologia cognitiva e das ciências biológicas, como a ecologia (BEGOSSI, 1993). Os estudos etnobiológicos investigam, analisam e sistematizam o conhecimento tradicional das populações. Além disso, enfatiza a ligação do ser humano com meio em que vivem, correlacionando a importância da diversidade biológica do ambiente e dos recursos alimentares como, por exemplo, o papel dos organismos aquáticos para com comunidades de pescadores (as) artesanais (BEGOSSI, 2002).

Na costa oceânica do Brasil, assim como em águas interiores (lagoas, estuários e rios), encontram-se pessoas e comunidades que fazem da pesca sua principal fonte de subsistência familiar e atividade econômica. Segundo o Registro Geral da Pesca – RGP do Ministério da Pesca e Aquicultura estima-se que no território nacional um milhão de pessoas sejam pescadores (as) artesanais (MPA, 2012).

Para Diegues (1973), A pesca artesanal no Brasil surgiu da falência na economia dos ciclos cafeeiro e açucareiro do Brasil Colônia e, também, devido à necessidade de exploração de outros meios de recursos. Este autor define pescadores artesanais com aqueles que na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhas e/ou utilizam mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando ambientes ecológicos litorâneos e ribeirinhos (DIEGUES, 1973). Na Bahia, segundo Bandeira e Brito (2011, p.303) se pode inferir dos registros históricos

[...] ”que é a partir dos intercâmbios socioculturais – de técnicas e conhecimentos e das eventuais alianças políticas entre índios e populações negras quilombadas, e negros libertos sem senhor, empregados no ofício de pescador –, bem como de trocas econômicas e sociais, entre quilombos e pequenos comerciantes, mediadas por intermediários, que começa a se formar uma cultura da pesca, associada a grupos humanos mais ou menos coesos, que se configuram, durante o século XVIII e primeiras décadas do XIX, estendendo-se até final desse mesmo século”.

As comunidades contemporâneas de pescadores artesanais da Bahia,

“São comunidades que têm se reproduzido, não só a partir da apropriação dos recursos de ecossistemas costeiros e estuarinos, através da pesca, mas também terrestres, pela prática da agricultura e do extrativismo de piaçava, dendê, coco, fibras diversas para a fabricação de utensílios e apetrechos de pesca, panelas e artesanato de barro entre outras. Em muitas dessas comunidades, no entanto, a exploração da terra é limitada, seja na forma de extrativismo ou da agricultura, dado o acesso reduzido às florestas e ao solo agricultável.” (BANDEIRA; BRITO 2011, p 303).

Na comunidade de Bom Jesus dos Pobres, a pesca artesanal é uma atividade também desenvolvida por mulheres, que exercem um papel familiar de mãe e chefe de família, que têm baixa escolaridade. Mas são mulheres com grande sensibilidade ambiental, que demonstram preocupação com a destruição e a poluição das praias e manguezais. Estas mulheres são apresentadas à maré desde crianças e muitas tornam-se pescadores.

O crescimento do número de mulheres que se tornam pescadoras, na maioria das vezes, como uma estratégia para superar o desemprego, ocasiona aumento da demanda sobre o pescado, o que leva ao aumento do esforço de pesca. Isso se deve em parte devido à precariedade da gestão de políticas públicas de gênero específicas para o setor pesqueiro. Neste cenário, o Planejamento Territorial Participativo, munido de ferramentas de gestão de políticas públicas, busca amenizar os impactos sociais e ambientais relacionados com a atividade pesqueira, assim como ao dar voz às comunidades pesqueiras, demonstrando suas realidades e necessidades, possibilita a construção coletiva de uma nova forma de co-gestão de políticas entre o poder público e a sociedade civil organizada.

Nessa pesquisa são usadas ferramentas tecnológicas para identificação e classificação dos principais recursos pesqueiros, problemas, dificuldades, e políticas públicas, complementada pela utilização de modelos de representação espacial (ARAÚJO, 2015). No mapeamento participativo, ou cartografia social⁴, ferramenta de gestão de políticas, na qual se insere o conhecimento espacial e ambiental de populações locais em modelos convencionais

⁴ A cartografia social é um enfoque metodológico baseado na análise textual e na representação de fenômenos sociais através de mapas que reinscrevem e estruturam uma multiplicidade de perspectivas. Paulston define a cartografia social como “a arte e a ciência de mapear formas de ver”, como uma forma de ilustrar “a profusão de narrativas” que compõem o meio social (PAULSTON, 1996, p.18).

de representação, unindo o conhecimento popular cultural ao conhecimento científico (HERLIHY; KNAPP, 2003, apud ACSELRAD; COLI, 2008). SOUTO e MARQUES (2009), comparam os conhecimentos tradicionais, com os conhecimentos da acadêmica a fim de promover essa integração, porém os autores afirmam que essa estratégia possui o risco de estabelecer uma hierarquia e não uma equidade epistemológica entre saberes, fundamental para o diálogo entre diferentes formas de se conceber o ambiente e os recursos naturais. Para Acselrad (2010), com a participação popular a cartografia aperfeiçoa os meios de produção do espaço social, gerando mapas que servem de identificação e gestão de recursos naturais.

2 Cartografando o método

A Cartografia Social: Gênero, Políticas Públicas e Recursos Pesqueiros – Pescadoras Artesanais de Bom Jesus dos Pobres resultante de um mapeamento participativo, foi construída através de elementos reunidos durante oito oficinas de mapeamento participativo (SZTUTMAN, 2006), que auxiliaram na construção coletiva de etnomapas com o objetivo de substituir as anotações tradicionais, usando associações simbólicas desenhadas pelas pescadoras. Durante as oficinas houve a participação de 15 mulheres pertencentes a diferentes entidades: pescadoras associadas à Associação de Marisqueiras e Pescadores de Bom Jesus dos Pobres – AMAPEB; à Associação de Pescadores e Pescadoras de Saubara – APPS; associadas e a secretária do Sindicato dos Trabalhadores, Trabalhadoras Rurais e Marisqueiras – STTRM. Houve uma alternância na participação durante as oficinas, tendo sido produzidos um total de quatro etnomapas temáticos, um etnomapa consensual e um EtnoSIG⁵. As oficinas foram registradas através de fotografias e de áudios.

No primeiro momento das oficinas, com o objetivo de estimular a criatividade, as participantes foram convidadas a construir um etnomapa do distrito de Bom Jesus dos Pobres (Figura 1) e dos locais onde são realizadas as atividades de pesca (Figura 2), utilizando papel em branco e lápis de cor.

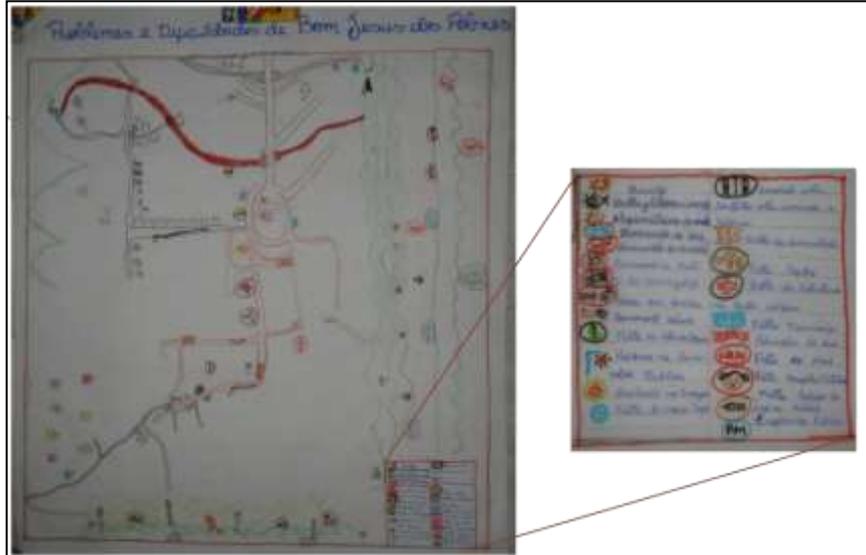
O que bem tem aqui é pesqueiro, o povo agora só quer pescaria fácil. Capricha aí! O sururu, cadê o rio? Cadê os mangues? Botou os

⁵ Sistema Etnográfico de Informações Geográficas – EtnoSIG, ferramenta importante na análise socioambiental, a partir de dados etnográficos e técnicos.

mangues no rio? Bote o mangue. Esse é o rio da gente! Não é? Tem um bocado de mangue aí na beira desse rio. Em cima dos mangues tem que botar os aratus, em baixo tem que botar o sururu, e os caranguejos também, tudo no mangue. [...] Na praia, o pesqueiro em seguida o peixe, aí mesmo vai ter que botar o bebe-fumo, o puçá, o jereré, a tarioba, tudo isso é na areia, perto do pesqueiro, ao redor do pesqueiro, o siri pode perto e fora, pode botar ostra. (Pescadora A).

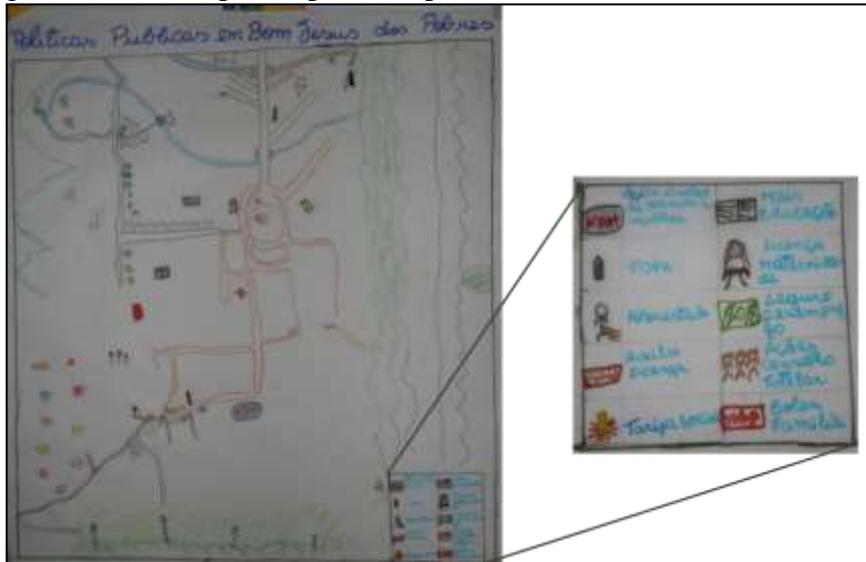
Posteriormente as pescadoras construíram mais dois etnomapas, um dos problemas e dificuldades (Figura 3) e outro das políticas públicas (Figura 4).

Figura 3 – Etnomapa dos problemas e dificuldades - Bom Jesus dos Pobres



Fonte: O autor.

Figura 4 – Etnomapa das políticas públicas - Bom Jesus dos Pobres



Fonte: O autor.

Após construção dos etnomapas, uma imagem de satélite da região de Bom Jesus dos Pobres (Figura 5) foi apresentada às participantes com o objetivo de construir um etnomapa consensual, sugerido pelas participantes.

Figura 5 – Imagem georreferenciada de Bom Jesus dos Pobres



Fonte: (CONDER, 2010). Elaborado pelo autor.

Após construção do etnomapa consensual (Figura 6) as pescadoras foram estimuladas a construir um EtnoSIG. As ferramentas disponibilizadas pelos EtnoSIGs estão sendo atualmente empregadas mundialmente em diferentes regiões, na preservação cultural, mediação de conflitos, manejo e gestão dos recursos naturais, e desenvolvimento econômico em áreas habitadas por comunidades tradicionais (ESRI/Intertribal GIS Council, 2001 apud PAESE; UEZU; LORINI; CUNHA, 2012, p.108). As inserções das informações do etnomapa consensual foram empregadas dentro de um EtnoSIG (Figura 7), através do ArcGIS⁶.

⁶ Software para Sistemas de Informações Geográficas – SIG
www.costeiros.ufba.br

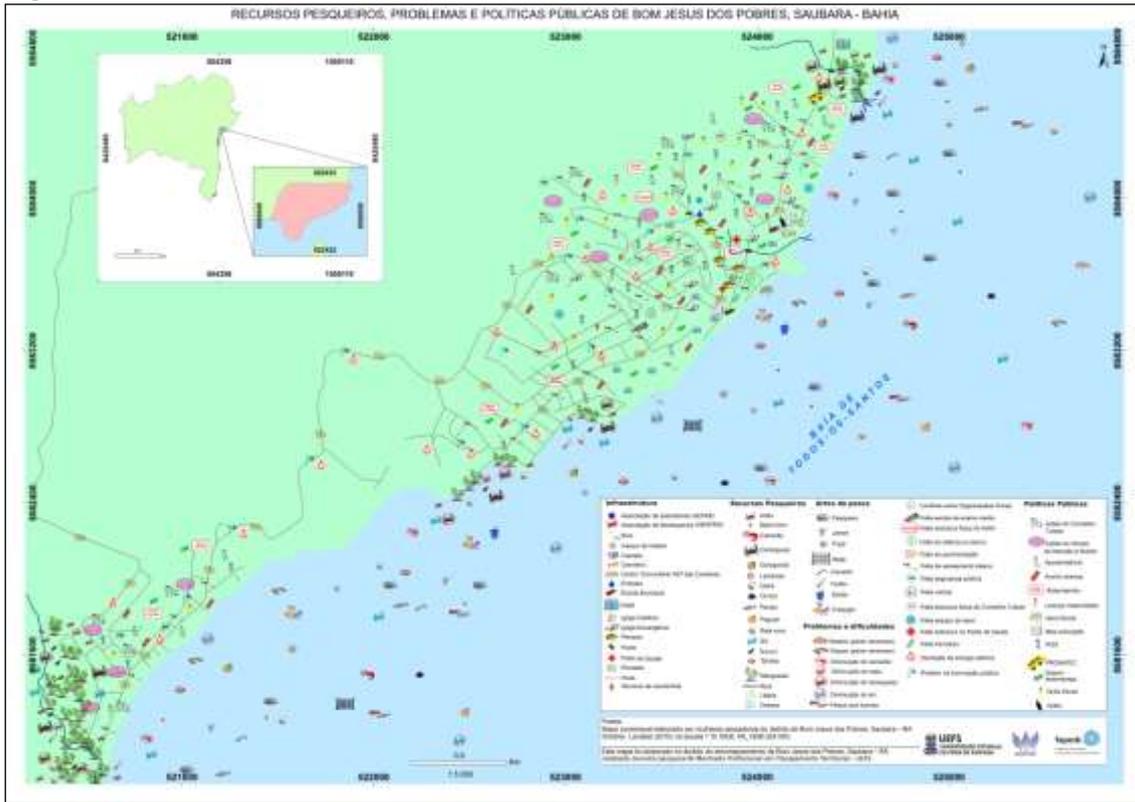
Figura 6 - Etnomapa consensual – Bom Jesus dos pobres



Fonte: O autor.

A Cartografia Social (Figura 8) foi elaborada a partir da combinação de depoimentos, fotografias retiradas durante as oficinas e de pescadoras exercendo atividades na maré, além de informações escolhidas pelas pescadoras com o intuito de contribuir no processo de autoidentificação da comunidade pesqueira, que legitimam a presença das mulheres e seu direito à cidadania, visando à preservação e promoção do patrimônio cultural da comunidade, ressaltando a importância das políticas públicas que beneficiam as pescadoras do distrito de Bom Jesus dos Pobres.

Figura 7 – EtnoSIG de Bom Jesus dos Pobres



Fonte: O autor.



Fonte: O autor

3 Resultados

Durante as oficinas de mapeamento participativo, as pescadoras elencaram, num universo de 20 políticas, oito políticas públicas como principais: Bolsa Família, Bolsa Escola, o Seguro Desemprego durante o período de defeso do camarão, o Programa de Integração Social de Saubara – PISS, Auxílio Doença, Aposentadoria, o Programa TOPA e o Mais Educação. Sendo que duas dessas são consideradas pelas pescadoras como as principais políticas que as beneficiam: Seguro Desemprego, referente ao defeso do camarão que beneficia aproximadamente 4.500 famílias no distrito e o Programa Bolsa Família que beneficia 346 famílias em Bom Jesus dos Pobres. Das 20 políticas registradas a partir das oficinas, nove são do âmbito social (Quadro 1), oito da saúde (Quadro 2) e três da educação (Quadro 3).

Quadro 1 – Políticas Públicas Sociais, tipo de benefício, origem e principais indicadores, em Bom Jesus dos Pobres, Saubara, em 2014

Política/Programa	Benefício Direto	Benefício Indireto	Responsabilidade	Principais Indicadores
Bolsa Família	x		Federal	I. Vulnerabilidades Sociais; II. Acesso aos Serviços; III. Gestão da Saúde; IV. Gestão da Educação; e V. Gestão do Programa.
PRONATEC	x	x	Federal	Quantidade de matrículas de beneficiários do Programa Bolsa Família no PRONATEC por ano
Tarifa Social de água e luz	x		Federal	-
PROUNI		x	Federal	-
Programas de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, antigo PETI Projovem	x		Federal, Estadual e Municipal	-
PISS	x		Municipal	Número de famílias que estão abaixo da linha da pobreza
Núcleo de Atenção à Mulher - NAM	x		Federal, Estadual e Municipal	-

LOAS – Aposentadoria temporária	x	Federal	-
--	---	---------	---

Fonte: Pesquisa de campo (2014). Elaborado pelo autor.

Quadro 2 – Políticas públicas de saúde, tipo de benefício, origem e principais indicadores, em Bom Jesus dos Pobres, Saubara, em 2014

Política/Programa	Origem	Principais Indicadores
Rede Cegonha (Pré-natal)	Federal	Número de grávidas atendidas; Número de atendimentos por ano.
SISCOLO/antigo SISCAM	Federal	Número de mulheres atendidas; Número de diagnósticos de câncer.
HIPERDIA	Federal	Número de pessoas cadastradas no programa; Quantidade de medicamentos repassados para a população.
DST/AIDS	Federal	Número de pessoas cadastradas no programa; Número de pessoas que fazem o tratamento.
Planejamento Familiar	Federal	Número de famílias Atendidas; Porcentagem da diminuição de DSTs; Diminuição de gravidez na adolescência.
PACS – Programa de Agente Comunitário de Saúde	Municipal	Número de famílias atendidas pelo programa; Número de famílias carentes atendidas.
Tuberculose	Federal	Número de pessoas atendidas pelo programa; Projeção das prevenções da doença.
Hanseníase	Federal	Número de pessoas atendidas pelo programa; Número de famílias atendidas; Número de diagnósticos anuais.
Mais médico	Federal	Número de famílias atendidas pelo programa; Número de atendimentos.

Fonte: Pesquisa de campo (2014). Elaborado pelo autor.

Quadro 5 – Políticas públicas de educação, tipo de benefício, origem e principais indicadores, em Bom Jesus dos Pobres, Saubara, em 2014

Política/Programa	Benefício Direto	Benefício Indireto	Origem	Principais Indicadores
TOPA – Programa Todos pela Alfabetização	x		Estadual	Estado e IBGE – Número de analfabetos no município para focar
Merenda escolar	x	x	Estadual	Censo escolar
Mais Educação		x	Federal	Censo escolar

Fonte: Entrevista com poder público e pesquisa documental (2014). Elaborado pelo autor.

Através da construção de uma linha do tempo (Quadro 4), foram identificadas mudanças na atividade sociocultural das pescadoras artesanais quanto aos apetrechos utilizados na atividade pesqueira como, por exemplo: a introdução do puçá na comunidade em 1993; do muzuí; o surgimento de barcos a motor em 1994; a substituição do faixo de palha, já utilizado em 1988 para capturar siri mole (*Callinectes sp*), por lanterna LED em 2011.

A gente tinha que ir ao mato pegar palha de coqueiro, de dendezeiro, do licurizeiro. Na realidade a gente não conhecia puçá, não conhecia jereré, não tinha nada disso, era linha, puxava na isca, não tinha nada disso, era linha de licuri. Hoje está tudo avançado, só falta a gente ficar sentado e dizer pro siri: Venha, tome! O puçá veio lá pra 1999. Aqui em 1995 a lanterna de bujão de gás de 18 kg substitui o facho, 18 kg pra ir todo dia com aquele peso medonho que quando vinha, vinha torta de um lado só. Em 2010, lanterna de luz amarela, pra fachear, pegar siri mole; em 2011, lanterna de LED até hoje. (Pescadora F)

Em 2007, após a ocorrência de uma maré vermelha⁷, a rotina das pescadoras e a economia local sofreram modificações significativas. A rotina de ir para maré foi interrompida, as pescadoras começaram a receber o Seguro Desemprego, o que proporcionou uma melhorando a qualidade de vida. Essas mudanças trouxeram consequências positivas e negativas como relatam as pescadoras.

Em 2007 foi a decepção do mundo todo, foi aquela maré vermelha, foi aquela “desgraceira no caminho da feira”, parou a pesca, até hoje está fazendo miséria aí no mar, e ninguém está fazendo nada. Aí foi que

⁷ Aglomeração de micróplânctons dinoflagelados segundo Peixoto (2008); o fenômeno ocorreu na BTS em março de 2007, produzindo um desastre socioambiental deixando a região em colapso econômico.

acabou com o costeiro, [...] Teve o defeso, mas em compensação a maré ficou poluída o tempo todo e as doenças atacando a gente, o dinheiro não tá tirando a doença, nem a poluição que tá na maré. Que doença que não tinha? Desde quando a gente vai pra maré? (Pescadora F)

Quadro 4 – Linha do tempo construída pelas pescadoras durante a sétima oficina de etnomapeamento

Período	Acontecimento importante relatado pelas pescadoras
1988 a 1992	As pescadoras utilizavam faixa feito com palha de licuri, coqueiro e dendezeiro para capturar o siri mole. Segundo elas, às vezes, queimavam as roupa e os cabelos
	Toda a comunidade utilizava barcos a vela
	As mulheres carregavam saco com marisco na cabeça
	Já utilizavam cofo, faca, balaio, colher e facão na captura do pescado
	A pesca era realizada com linha e jereré
1993	O Puçá é introduzido na comunidade
1994	O Muzuá passa a ser utilizado para captura do pescado
	A pesca começa a ser realizada com canoas a motor
1995 a 1997	A lanterna de bujão a gás de 18 kg substitui o faixa utilizado na captura do siri mole
1998	As mulheres começaram a contribuir com Sindicato Rural
1999	Os homens da comunidade já recebiam o Seguro-Desemprego referente ao defeso do camarão
2000	O puçá foi adaptado, ficou menor e menos pesado. Segundo as pescadoras o manuseio ficou melhor
2001	Em 06 de agosto foi fundada a 1ª associação das marisqueiras de Bom Jesus: Associação de Marisqueiras e Pescadores de Bom Jesus dos Pobres - AMAPEB
2002 a 2003	Houve um recadastramento da profissão de marisqueiras
	As mulheres afirmaram possuírem mais reconhecimento enquanto marisqueiras e pescadoras.
2004	Implantação do Projeto Manatí, da Petrobrás, com a passagem do gasoduto na comunidade
2005 a 2006	A comunidade começa a receber apoio das universidades
2007	Ocorreu a chamada “maré vermelha”, tornando o mar impróprio para pesca
	As mulheres começaram a se associar e voltar a pagar a Associação e ao Sindicato
	AMAPEB obtém a inscrição do CNPJ
	As marisqueiras passam a querer reconhecimento
2008	Associação passou a ser reconhecida
	As mulheres, marisqueiras começam a receber o Seguro-Desemprego do defeso do camarão
	Aumento de índice de câncer
2009	AMAPEB recebe duas canoas (projeto UFRB/FAPESB)
2010	O bojão a gás foi substituído pela lanterna à pilha, luz amarela utilizada para captura do siri mole
2011	Depois de um ano a lanterna de luz amarela deu lugar a lanterna de LED, luz branca, utilizada para captura do siri mole facilitando a captura, por ser menos

	pesada e possuir boa iluminação
2012	Fundada em Bom Jesus dos Pobres a Associação de Empreendedorismo de Pesca e Mariscagem artesanal - AEPAB
2013	Em Outubro foi fundada, em Saubara, a Associação de Pescadoras e Pescadores de Saubara - APPS

Fonte: O autor.

4 Considerações Finais

A Cartografia Social foi apresentada como Trabalhos de Conclusão de Curso de Mestrado, na modalidade de produção técnica, contribuindo com informações sobre a pesca do território de identidade do Recôncavo da Bahia - Brasil, na promoção do desenvolvimento da atividade de pesca, identificando a existência de mudanças na atividade sociocultural das pescadoras como, por exemplo, a evolução de equipamentos e ferramentas utilizadas na pesca e mariscagem, o nível de conhecimento com relação às políticas públicas, se eram beneficiárias por essas políticas, e qual a interferência que as políticas públicas causaram na vida social destas mulheres.

A Cartografia Social demonstrou exercer uma função fundamental para subsidiar a gestão participativa de políticas públicas e construção de novas políticas, além de contribuir no empoderamento das mulheres pescadora e fortalecer a identidade cultural das mesmas.

A participação das pescadoras na elaboração e avaliação das políticas públicas ocorre, de forma precária, durante atividades de planejamentos do município e em assembleias bem como através dos conselhos municipais. A participação das pescadoras foi fundamental para realização da pesquisa que traduz o empoderamento das participantes, enquanto mulheres e pescadoras pertencentes à comunidade, que se apropriaram de ferramentas de gestão, que demonstram conhecimentos e apontaram a necessidade de fortalecimento da luta pela igualdade de gênero na atividade pesqueira.

Referências

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 13-43.

ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ARAUJO, R. F. de J. **A etnoecologia de pescadoras e as políticas públicas de em Bom Jesus dos Pobres, Saubara – BA**. 2015. 148 p. Relatório Técnico (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Planejamento Territorial, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2015.

BANDEIRA, F. P.; BRITO R. C. de. **Comunidades pesqueiras na Baía de Todos-os-Santos: aspectos históricos e etnoecológicos**. IN: Baía de Todos os Santos: aspectos humanos. Carlos Cardoso, Fátima Tavares, Cláudio Pereira, organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2011. 303p.

BEGOSSI, A. **"Ecologia humana: um enfoque das relações Homem-meio-Ambiente"**. Interciência, 18 (3): pp.121-132. 1993.

BEGOSSI, A., HANAZAKI, N., SILVANO, R.A.M. **Ecologia Humana, Etnoecologia e Conservação**. IN: Amorozo, M.C.M., Ming, L.C., Silva, S.M.P. (eds.) Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas. Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste. UNESP, Rio Claro/SP. 2002.

CARDOSO, EDUARDO S. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. São Paulo, USP, Departamento de Geografia, Dissertação de Doutorado (PDF), 2001.

DIEGUES, A. C. **Pesca e marginalização no litoral paulista** (dissertação de mestrado). NUPAUB/CEMAR. Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, SP. 187p. 1973.

MPA, Equipe Técnica (org.). **Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP**. Brasília: MPA, 2012. 50 p. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/files/Docs/Pesca/Boletim%20do%20Registro%20Geral%20da%20Atividade%20Pesqueira%20-%202012%281%29.pdf>>. Acesso: 15 jul. 2014.

PAESE, A.; UEZU, A.; LORINI, M. L.; CUNHA, A. **Conservação da biodiversidade com SIG**. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

PAULSTON, R. G. **Preface: four principles for a non-innocent social cartography**. In: PAULSTON, R. G. (Comp.) Social cartography : mapping ways of seeing social and educational change. New York: Garland, 1996. 15 – 24p.

SOUTO, F. J. B.; MARQUES, J. G. W. “A vida do grande é comer o pequeno”: Conhecimento sobre interações tróficas por pescadores artesanais no Manguezal de Acupe, Santo Amaro, Bahia. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, n. 2 Manguezais do Brasil, 2009.

SZTUTMAN, M. Etnomapeamento: uma técnica robusta, barata e de fácil implementação para a gestão etnoambiental em terras indígenas. Versão preliminar elaborada para a 1ª Turma de alunos do curso de Gestão Etnoambiental do CAFI, – outubro de 2006. The Nature Conservancy. 22p.